

DOSSIÊ: TRADIÇÕES INVENTADAS: INTELECTUAIS, IDENTIDADES POLÍTICAS E USOS PÚBLICOS DO PASSADO NA AMÉRICA LATINA (SÉCULOS XIX-XXI)

## ***Ansina, el prócer negro: as existências negras entre a legitimidade de uma reivindicação política e a exclusão da retórica nacional em tempos de pós-abolição no Uruguai (1934-1952)***

*Ansina, el prócer negro: Black Existences Between the Legitimacy of a Political Claim and Exclusion from National Rhetoric in Post-Abolition Times in Uruguay (1934-1952)*

Fernanda Oliveira da Silva\*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

**RESUMO:** O artigo investiga a demanda de grupos negros organizados de que cada cidade no Uruguai tivesse uma rua com o nome de Ansina, a quem esses mesmos grupos reconheciam como o *prócer negro* da independência uruguaia. Analisa os problemas da liberdade negra que informam o campo de estudos do pós-abolição nas Américas, bem como atenta para o contexto do centenário da independência (1930) e da abolição da escravidão (1942) no Uruguai, sob a conjuntura da II Guerra Mundial. A organização racial política era uma realidade desde os anos 1870, mas neste texto argumenta-se que é na primeira metade do século XX que a conformação de uma identidade política simultaneamente negra e uruguaia alcança o território nacional. As fontes principais são os jornais da imprensa negra de Melo, *Acción* (1934-1952) e *Orientación* (1941-1945), criados pelo *Centro Uruguay*, a *Casa de la Raza* mais antiga em atividade naquele período, fundada em 1923. O objetivo é demonstrar o processo em torno da demanda, que, já naquele momento, era criticada por supostamente assentar-se em uma invenção, de forma a elucidar sobre identidade política e usos públicos do passado por pessoas negras, como elementos que compuseram um projeto contra-histórico negro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ansina, história negra, afrouruguaios, pós-abolição

---

\*E-mail: [feolisilva@gmail.com](mailto:feolisilva@gmail.com)  
<https://orcid.org/000000000>

**ABSTRACT:** The article investigates the request made by organized black groups that every city in Uruguay should have a street named in honor of Ansina, whom these same groups recognized as the black leader of Uruguayan independence. It analyzes the problems of black freedom that guide the field of post-abolition studies in the Americas, and considers the context of the centenary of independence of the centenary of independence (1930) and the abolition of slavery (1942) in Uruguay under the context of World War II. Racial political organization had been a reality since the 1870s, but this text argues that it was in the first half of the 20th century that the development of a political identity that was both black and Uruguayan reached the national territory. The main sources are the newspapers of the black press of Melo, *Acción* (1934-1952) and *Orientación* (1941-1945), created by *Centro Uruguay*, the oldest *Casa de la Raza* in activity in that period, founded in 1923. The aim is to demonstrate the process surrounding the request, which at the time was already criticized for supposedly being based on an invention, to elucidate political identity and public uses of the past by black people, as elements that made up a black counter-historical project.

**KEYWORDS:** Ansina, black history, Afro-Uruguayans, post-abolition

## Reflexões teórico-metodológicas sobre a auto inscrição na história<sup>1</sup>

“Ansina, o prócere negro dos tempos da independência”, pode tanto ser uma afirmação quanto uma pergunta, a depender dos interesses e escala de poder de quem enuncia. O que nos coloca frente a dois problemas centrais para esta reflexão. O primeiro está na atenção às tensões sociais que foram vivenciadas na sociedade uruguaia na primeira metade do século XX e que são fundamentais para a perspectiva da história social, que, por sua vez, é um paradigma de análise amplamente utilizado no campo de estudos da história do pós-abolição nas Américas (Cooper; Holt; Scott, 2005).

Conceber Ansina como um herói, a partir de informações publicadas por jornais da imprensa negra entre as décadas de 1930 e 1950, é, antes de qualquer coisa, uma escolha e consequente alinhamento com objetivos e projetos comuns compartilhados. Neste período a escrita da história ficava a cargo da dita oficialidade, ou, quando muito, do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai. A concepção oficial nos informa sobre contexto de elaboração das narrativas, formas de lidar com o passado e, sobretudo, de conceber uma identidade política que encontra centralidade na ideia de raça negra comum compartilhada pelos sujeitos envolvidos na afirmação e na defesa da sua nacionalidade. Nessa leitura, Ansina seriam todos aqueles que, por meio do reconhecimento público por parte do Estado, se veriam também como parte da retórica nacional no passado e no presente. Entender esse ínterim é o que se coloca como fundamental nessa análise.

O segundo problema trata do entendimento de que a escrita da história está longe de ser neutra ou meramente objetiva, aos moldes do pensamento positivista e historicista que ainda dita muito dos nossos procedimentos teóricos e metodológicos. Relaciona-se com as operações que serão realizadas ao longo do texto, mas também informa sobre os indícios de como a reivindicação pela nomeação de uma rua em cada cidade uruguaia, com o nome de Ansina, sob a justificativa de ser ele um herói nacional, pode ser apreendida nas páginas da história oficial. E não só, visto que permite entender outros elementos acerca da história da população negra como parte da nação uruguaia.

Revela, por um lado, que a proposta não ficou restrita às páginas da imprensa negra e aos grupos negros organizados, e, por outro, que havia um entendimento de que a atribuição implicava um reconhecimento não apenas do papel desenvolvido por um sujeito no momento mais valorizado do passado nacional, visto tratar-se da emancipação político institucional, mas também como sinal de

inclusão no presente. Tudo isso nos auxilia na composição do mosaico de argumentos e procedimentos que contribuíram para que o estado nacional reconhecesse o personagem, ainda que a veracidade em torno de Ansina fosse contestada e, por vezes, interpretada como uma invenção.

Em 1925, no âmbito das comemorações do centenário da independência uruguaia, vinha a público o *Libro del Centenario*, uma publicação oficial que versou sobre a história uruguaia desde os primeiros habitantes daquele território, passando por dados demográficos e estatísticos sobre a população, enfatizou as guerras de independência e a construção da República, ou seja, com uma retórica comum a livros dessa natureza. Em capítulo dedicado à população, afirmava que “Puebla el Uruguay la raza blanca, en su totalidad de origen europeo. E, ao referir a pequeña proporción de raza etiópica decorrente apenas da escravidão destacava que disminuye visiblemente hasta el punto de constituir un porcentaje insignificante [...], sus características originales han sufrido, por el clima, circunstancias de medio ambiente, y por mezcla de sangre europea, modificaciones fundamentales” (Uruguay, 1925, p. 43).

Não havia censo populacional que discriminasse cor ou raça desde 1852, o que permitia que uma publicação oficial identificasse como *insignificante* a população africana, sem qualquer menção aos seus descendentes. Mantinha-se a reflexão no campo da retórica da ciência das raças daquele período, ou seja, tudo se resumia aos traços característicos de cada raça. No entanto, a cultura escrita produzida por intelectuais afrourugaios disputou essa narrativa, como nos apresenta o historiador Hernán Rodríguez (2019) ao investigar a produção de Lino Suárez Peña, Elemo Cabral y Marcelino Bottaro, entre 1925-1930, tendo como disparador as discussões em torno do centenário da pátria. A imprensa negra das décadas seguintes cumpre papel semelhante e permite observar que, no mínimo, *insignificante* é um termo equivocado. Não apenas pela existência desses jornais, mas pelas estratégias plurais que ele desvela e aciona.

Nesse sentido, o *Centro Uruguay* fora criado em Melo, no dia 25 de agosto de 1923, dia consagrado ao aniversário da pátria. A mesma data foi escolhida para a fundação do *Club Igualdad* no ano de 1872 em Montevideu, que ilustra a primeira organização de caráter político que se definia a partir do recorte de raça, apresentado nas páginas do periódico negro *La Conservación*. O *Clube* tinha como principal objetivo levar ao parlamento nacional um representante da raça negra, sob a justificativa de defender os direitos da *sociedad de color* (Oliveira, 2019).

Soma-se a isso o nome escolhido para o clube de Melo, ou seja, era uma agrupação social de pessoas negras que se colocavam como uruguaia, em um momento de comemorações nacionais em que o Estado não reconhecia a presença negra em seu território e sequer destacava a participação destes na independência por meio dos batalhões de pardos e morenos. Pelo menos desde a década de 1870 do século XIX, como o exemplo do *Club Igualdad* aponta, o diálogo dos grupos negros estabeleceu-se com o Estado. Estes grupos colocavam-se como partícipes na emancipação política, inclusive de forma decisiva, por meio do engajamento nos exércitos e do recrutamento forçado. Almejavam estar representados no Estado nacional, demanda presente na experiência do *Club Igualdad*, e corroborada por pesquisas sobre os periódicos negros de Montevideu (Andrews, 2011; Rodríguez, 2006). A existência de periódicos com teor racial aponta para um sentido de cidadania que encontrava nos significados externos conferidos à ideia de raça negra, um empecilho para a efetivação plena de uma nação, que se apresentava como pautada por valores democráticos.

O discurso do Estado nas comemorações do centenário da pátria, entre 1925 e 1930, delineava uma ideia de Nação que invisibilizava a população negra (e indígena), corroborada pela não existência de dados oficiais para todo o território. Reforçava-se, assim, um diálogo muito estreito com a ideia de raça comum aos nacionalismos do século XX e, no Uruguai, com já quase um século de República, os negros foram invisibilizados. Em todo o continente sul americano e nas ilhas caribenhas, foram adotados discursos nacionais que dialogavam com faces de democracia racial, em uma relação explícita

com as noções de modernidade. Mas, naquele momento do centenário, os ideólogos do Uruguai vangloriavam-se de comporem uma pátria branca, um dos significados implícitos aos epítetos *Atenas del Plata* (no século XIX) e *Suíza de América* (no século XX). Sequer é possível perceber uma ideia de harmonia racial, visto que se destacava a quase inexistência da população negra (Andrews, 2007; Ascenso; Castro, 2014).

Este contexto foi potencializado pela crise econômica vivenciada desde 1930, com alto índice de desemprego e aumento dos produtos alimentícios, e pelo Golpe de Estado de Gabriel Terra, em 1934. Esse governo, democraticamente eleito em 1930, consolidou um governo de direita em uma conjuntura internacional que deixava ainda mais suscetível os grupos racializados e/ou trabalhadores, mas que também dialogava com os trabalhadores, sobretudo ao restringir as políticas imigratórias, assim como com os grupos negros, fossem trabalhadores ou não, visto que ainda no seu governo democrático, exigiu que o Departamento de Polícia e os bombeiros admitissem homens negros nos seus quadros (Nahum, 2014). Não obstante, a nível internacional era notável o crescimento de outros governos autoritários, assentados em premissas nazistas e fascistas, cujos exemplos mais difundidos estavam na Alemanha e Itália e, em menor grau, mas não menos preocupante, nas duas grandes ex-potências coloniais: Portugal e Espanha. Da mesma forma que, frente à oficial neutralidade até 1942 do estado nacional uruguaio, o desenrolar da II Guerra Mundial não tenha passado ileso.

O discurso veiculado nas páginas da imprensa negra coloca-se como uma fonte privilegiada para entender também a história pretendida e/ou vivida. Ainda que condicionados por fronteiras nacionais, tais discursos apontam para visões de passado, presente e futuro, bem como estratégias de luta de uma comunidade negra mais ampla. A historiadora Maria Helena Capelato (1998) adverte que os jornais, enquanto objeto e fonte de pesquisa histórica, apresentam interpretações de uma dada sociedade, os quais também interferem nesta, e, assim, permitem fortalecer o argumento aqui desenvolvido. Longe de tomar tais escritos como simples repositórios de verdade, cabe entendê-los como projetos políticos calcados em uma coletividade, a qual nos legam desde leituras do passado até visões de mudança perpassadas pela ideia que seus redatores fazem do lugar que ocupam na sociedade, permitindo-nos acessar aquilo que denominamos por cultura política (Berstein, 1998).

Na sequência, tem-se por objetivo demonstrar como a identidade negra, que já era politizada como reivindicadora de direitos, alia-se a perspectiva do nacional por meio da demanda em torno da rua Ansina. Faz-se fundamental observar como as pessoas vinculadas aos jornais fizeram deles tribunas públicas assentadas em um campo de disputa calcado na ideia de raça, o que lhes permitia utilizar de termos vinculados a noção de democracia para reforçar a demanda por nacionalidade.

## A organização política se espalha pela nação

Em análise anterior acerca do periódico *La Conservación*, propôs-se diálogo com a produção de W. E. B Du Bois (1903) acerca dos negros norte-americanos no imediato pós-abolição e a interpretação da cultura dos negros na diáspora de Paul Gilroy (2001) (XXXXXXXX, XXXX). Enfatiza-se o processo inclusivo da raça, a partir da consciência de se ver como negro e uruguaio, sem que tais identidades sejam conflituosas, mas simultâneas, uma fundamenta e fortalece a outra no sujeito que a vive. O argumento é que essa simultaneidade foi percebida pelos *hombres blancos*, que por sua vez eram os representantes da República do Uruguay, como uma duplicidade que anulava a noção de cidadania plena ao ser negro. A complexidade do que é vivenciado pelo sujeito frente à percepção de um não lugar na sociedade, marcado pela cor de sua pele, que por seu turno fundamenta a hierarquização que caracteriza o processo de racialização, é traduzido aqui na noção de dupla consciência desenvolvida

por Du Bois (1903), a qual é interpretada como aproximada da ideia de autoconsciência desenvolvida por Frantz Fanon (1952). A dupla consciência pode ser identificada também a partir das páginas da imprensa negra aqui analisadas.

Juan Jacinto Ferrán e Carlos M. Pérez Morales eram dois homens negros associados do *Centro Uruguay* e juntos fundaram o periódico *Acción*, em 1934, apresentado como *Órgano del Comité Pro Edificio del Centro Uruguay*. Juan Ferrán tinha por profissão porteiro e foi diretor do jornal durante toda a sua existência (1934-1952). Até 1934 a maior parte dos periódicos negros estava concentrada na capital do país. Morales, por sua vez, junto de José Ramón Fernandez, companheiro do *Centro Uruguay*, rompe com a diretoria do clube e resolve por fundar o periódico *Orientación*, em 1941. No primeiro ano, era apresentado como *Órgano de la Colectividad de Color* e depois assume a autoidentificação *Órgano de la Raza Negra Departamental*.<sup>2</sup> Atribuem ao jornal o lema *Unidad - Solidariedad - Esfuerzo*.<sup>3</sup>

Entre 1941 e 1944, *Orientación* era o único representante da imprensa racial da cidade e, talvez por isso, Pérez Morales, na função de diretor e redator responsável, e Ramón Fernandez, como administrador, tenham elencado a unidade como lema. Ainda que tenha ocorrido um rompimento com a diretoria do clube negro local, não houve um rompimento com o espaço, tanto que em edição de 20 de outubro de 1941, os redatores de *Orientación* denunciaram alterações na comissão diretiva do clube que não condiziam com o regulamento ou decisão de assembleia. Morales, logo depois, foi eleito presidente do *Centro Uruguay* para o ano de 1942, e, paralelamente à experiência do jornal, mantinha o *Comité Racial Democrático y Patriótico*. Este foi criado em 1940 e tinha como objetivo dialogar com o poder público para que cada cidade no Uruguai tivesse uma rua com o nome Ansina.

Em 1944, Juan Jacinto Ferrán colocou *Acción* para circular novamente, então acompanhado por José Ramón Fernandez na função de administrador, mesma função que desenvolvia em *Orientación*. O *Resurgimiento* fora justificado pela retomada das atividades do *Centro Uruguay*, visto que, logo após a gestão de Carlos Morales, o clube fechou suas portas. Também em 1944, José Ramón Fernandez e Carlos Morales, então não mais companheiro de Ferrán em *Acción*, alteram a autoidentificação de *Orientación* para *Periodico Racial*. Não é demasiado entender essa alteração, a eleição de Morales para a presidência do clube, a interrupção das atividades do clube e o ressurgimento de *Acción*, como parte de uma intrincada rede de relações repleta de divergências, que alcançavam membros da comunidade negra melense e que versavam sobre a própria direção que o clube devia seguir.

Esses homens negros, membros da diretoria do clube e do comitê pró sede própria, durante toda a vigência dos dois jornais (1934-1952), evocavam o ideal de unidade da raça negra e compartilharam diferentes momentos juntos. Mas suas estratégias de luta foram diferentes e, por vezes, conflitantes, conforme evidencia-se no editorial do 1º exemplar de *Orientación*, intitulado *Estamos de Nuevo en la Brecha: Y así aparecemos, entusiastas, altivos y serenos, con un título y un lema que dicen claramente cuál es nuestro pensamiento y cual nuestro sentir y nuestra buena voluntad puesta en la lucha, en aras del progreso y de la superación racial* (*Orientación*, Melo, 12 out. 1941, capa).

No editorial de 18 de novembro de 1941, *Orientación* dava início à mobilização que marcaria toda a sua existência: *A una Calle de nuestra Ciudad, debe dársele el nombre del glorioso Procer negro: ANSINA*. A justificativa estava no ideal de “honrar su memoria y porque es un ideal sostenido y anhelado con fervor patriótico por una gran parte de la población, que es la colectividad a la cual nos honramos en pertenecer”. O editorial, além de evidentemente buscar conscientizar o público leitor acerca da demanda, estava direcionado às autoridades municipais, para que concedessem uma “justa y patriótica resolución de honrar la memoria del hombre en que estuvieron encarnadas todas las nobles virtudes de su raza satisfaciendo así los deseos de toda la raza de color departamental”.

Em 1942 o jornal publicou uma série de textos redigidos por intelectuais negros, denominados *conrazaneos*, e não-negros, de forma a justificar a demanda. Foi por meio da criação de um comitê

intitulado *Racial, Democrático e Patriótico* que se fez possível levar a demanda para outras cidades que estavam discutindo as questões raciais a nível interno, tendo como ponto de reflexão as perspectivas racistas na II Guerra, mas também a proximidade do centenário da abolição, a ser comemorado em 12 de dezembro de 1942. Dentre as cidades contatadas estavam Salto, Rivera, Mercedes e Rocha. A demanda espalhou-se rapidamente e contou com apoio da organização negra de Montevideu.

Essas relações permitiram um maior contato com os grupos negros das referidas cidades e com os exemplos da imprensa negra, que tinha na cidade de Melo uma precursora entre as cidades interior. Tal feito foi responsável pela organização da 1ª *Exposición de Prensa Racial y Departamental*, organizada por *Orientación*. Nesta exposição, deu-se visibilidade para duas figuras centrais: Artigas, o líder da independência, e Ansina, seu companheiro. Além da exposição organizou-se também, na sede do *Centro Uruguay*, conferências sobre a cultura dos negros nas Américas, bem como festividades, e sugeriu-se que o 12 de dezembro fosse elevado a feriado nacional em honra da abolição da escravidão.

Neste momento, fica evidente a organização espalhada pelo território, com ênfase para a publicação da coluna *Recebimos y publicamos* e o convite para que *Orientación* compusesse o *Comité Pro Gira de Confraternidad Racial*, uma iniciativa da revista *Nuestra Raza* (San Carlos, 1917, e Montevideu, 1933-1948) em prol de que “todas las instituciones raciales de la República prestarán su concurso a los referidos festejos” em honra ao centenário da abolição. O jornal de pronto incorporou-se, mas, na edição de 30 de junho de 1942, em editorial intitulado *En un Congreso debe discutirse el plan de Acción para conmemorar el Centenario de nuestra Libertad*, ponderou que era necessário realizar um congresso, mas que neste deveriam estar representados todos os departamentos, o que permitiria uma aproximação maior de “todos los conrazaneos de todo el país”.

O centenário da abolição e a reivindicação pela data do 12 de dezembro como feriado nacional evocava os sentidos políticos atribuídos ao passado. Ansina como nome de rua sintetizava a relação entre passado e presente por meio da afirmação da liberdade, e não da escravização, o que aponta para as pretendidas mudanças decorrentes de uma unidade nacional em que todos se vissem representados, inclusive os negros. E, mais que isso, tivessem seus problemas sanados, tendo em vista que entendiam que existiam problemas que alcançavam mais diretamente a coletividade de cor. Nesse sentido, as pessoas que mantinham *Orientación* fortaleciam o argumento de que o objetivo do periodismo por eles desempenhado era fundamentalmente de justiça, ou seja, de busca por cidadania plena. Tal justiça fazia-se necessária frente aos problemas de caráter racista enfrentados pelas pessoas negras no país e internos à comunidade negra que se organizava no *Centro Uruguay*.

O jornal era uma tribuna que dava conta de problemas bem diversificados, atribuídos por aqueles redatores a uma hierarquia de raças que imperava. É bastante emblemático o protesto contra o analfabetismo, entendido como um grande problema que assolava a raça negra, tal e qual a denúncia publicada em 30 de agosto de 1944 e assinada pelo Sr. Pablo Coles, um dos correspondentes de *Orientación*, em Montevideu. Coles afirmava que se tratava de prática comum do Chefe de Polícia de Montevideu, Don Juan Carlos Gómez Folle, manter pessoas negras no cárcere tendo por critério a raça. Os redatores de *Orientación* enfatizavam uma comunidade negra bastante heterogênea que, por um lado, lidava com problemas diversificados, entre estes o analfabetismo, a dificuldade em ascender a cargos públicos e a desunião da raça numa franca crítica à falta de apoio financeiro às iniciativas coletivas, e, por outro, tinha exemplos de luta e de superação de práticas racistas – entendidas nesses termos – que extrapolavam a própria pátria uruguaia.

Nestas matérias, há uma série de indícios do trânsito de referências negras locais e para além das fronteiras nacionais, e sem deixar de lado a atenção para com uma divergência entre as pessoas negras daquele local sobre a pertinência ou não de considerar o *Centro Uruguay* a instituição melhor organizada da cidade. A expressão mais organizada deixa implícito que poderia haver outras iniciativas, não

ligadas ao clube, mas que se pretendiam espaços sociais negros. A referência ao nome Renato Marán presente em notícias esparsas dos referidos jornais, ao lado de outras pessoas apresentadas como intelectuais negros engajadas na luta social, como Lino Suárez Peña, Isabelino J. Garres, Salvador Betervide,<sup>4</sup> possibilita observar indícios de que o *Centro Uruguay* não era a única instituição de caráter racial em Melo. Embora o nome de Renato Marán referencie uma pessoa cuja voz já não mais se poderia colocar como defensora dos conrazaneos, localizei a referência a uma instituição de mesmo nome, *Centro Renato Marán*, noticiada uma única vez em *Acción*, mais precisamente em 30 de agosto de 1947. Mas, em *Orientación* a referência apareceu cinco anos antes, em 1942, como *Institución Social que lucha en nuestro médio, por el engrandecimiento social y cultural de nuestra raza*, em matéria que referenciava os 14 anos do clube, fundado em 1930, ou seja, já durante a existência do *Centro Uruguay*. O *Renato Marán* desenvolvia atividades de cunho social, muito semelhante as do co-irmão, com ênfase aos bailes.

Renato Marán é uma nomeação que ainda gera alguns questionamentos nesta análise, contudo, parece ser a tradução de nome em francês, René Maran. Este foi um martinicano de nascimento (1887-1960), importante intelectual negro que divulgou sua produção, teceu suas críticas e se posicionou politicamente acerca da situação dos grupos negros nas colônias francesas. O intelectual foi codiretor da *Ligue universelle de défense de la race noire*, na França, e teve papel central na discussão acerca da questão negra em termos de cidadania igualitária em um contexto de entreguerras, sobretudo nas décadas de 1920 e 1930 (Geneste, 2016).<sup>5</sup>

Acessar o nome Renato Marán pela nomeação de um clube negro de uma pequena cidade uruguaia fortalece o argumento de que a cultura negra fazia-se dentro de um trânsito de referenciais na diáspora africana nas Américas, pelo Atlântico. Por esse ângulo, outros nomes figuraram nas páginas dos jornais de Melo, como a cantora e dançarina norte-americana Josefina Baker, mais conhecida como a *vénus negra*, bem como seus conterrâneos, o boxeador Joe Louis, a antropóloga Irene Digs e o cientista e professor Jorge Wáshington Carver; além do poeta e líder político cubano Nicolás Guillén.

Embora a imprensa negra de Melo legue poucas informações acerca do clube Renato Marán, é possível afirmar que a sua identidade era negra e que o nome de René Marán, traduzido como de praxe na língua espanhola, assim como os referenciados nas linhas anteriores, foi acionado como um exemplo de um legado de luta das pessoas negras nas Américas. Estratégia essa que era bastante comum e permite compreender quais eram os referenciais negros daquele grupo, muitos dos quais mantiveram contato efetivo com o *Centro Uruguay* e/ou suas ramificações, como, por exemplo, com duas importantes coletividades negras: *Círculo de Intelectuales, Artistas, Periodistas y Escritores Negros* (CIAPEN) e *Partido Autóctono Negro* (PAN).

O CIAPEN foi fundado em Montevideu, em agosto de 1945, e a notícia publicada em *Acción* em 30 de agosto de 1947, foi encaminhada pelo periodista correspondente da folha em Rocha, César A. Techera. Este viria a ser secretário do *Círculo*, e, quando, por ocasião do lançamento da pedra fundamental “del edificio donde se orientará la Cultura y el Arte Negro”, saudou Jacinto Ferrán e os demais negros que o acompanhavam no Centro Uruguay, cientes de “una responsabilidad y saben cumplir con los postulados que soñaron para el bien de los conrazaneos de Melo y toda la República”. Mesma edição em que se congratulou as influências benéficas proporcionadas pelo *Círculo* ao viabilizar o contato com Miss Irene Digs e Nicolás Guillén, então recém chegados na capital. Passado pouco mais de um ano, em 1948, o presidente do *Centro* e diretor de *Acción*, Juan Jacinto Ferrán, fez-se presente em atividade do CIAPEN, na capital, em honra ao poeta negro uruguaio, Pilar Barrios, que lançara seu tão saudado livro *Piel Negra*, em 1947. A atividade compunha as festividades de aniversário do *Círculo*, o qual, naquele momento, mantinha um informativo nas páginas de *Acción* e também o homenageava na exposição de imprensa e pintura que realizou em Montevideu. De acordo com a coluna publicada em *Acción*, a imprensa negra do interior teria sido representada pelos dois jornais de Melo.

Não obstante, foi o vínculo estabelecido com o PAN que quero evidenciar. Nas páginas de *Acción* a relação aparece em 1945 quando da sua dissolução. Este fora criado em 1936, com o objetivo de defender os direitos da coletividade negra, aos moldes do *La Igualdad* (1872). De acordo com o historiador George Andrews (2011), o PAN tinha vínculos fortes com a *Revista Nuestra Raza*, que tornaria-se sua porta-voz. Era no grupo da *Revista* que estava Pilar Barrios, assim como outros melenses, especialmente o advogado Salvador Betervide. Este foi o primeiro nome escolhido para concorrer nas eleições, e levar a público a principal bandeira do partido, a saber, a denúncia da “discriminação racial na administração pública” (Andrews, 2011, p. 144).

O partido teve uma *Sección Femenina* na cidade de Melo com papel de destaque a Maria Felina Díaz, que em 1935 compunha o subcomitê de mulheres em prol da sede própria do *Centro Uruguay*. Ela fundou e manteve o *Comité Femenino del PAN*, na cidade de Melo, que assim como Rivera, também localizada na região de fronteira com o Brasil, foram duas das três primeiras cidades a criar esse *Comité*. Cabe destacar ainda que embora a Constituição de 1934 do Uruguai tenha reconhecido os direitos políticos da mulher, instituídos pela lei de 1932, a primeira eleição que efetivaria tal direito seria (e o foi) a de 1938 (Nahum, 2014; Uruguay, 1934). Tendo em vista essa eleição que a *sección Femenina* e o PAN, de forma geral, estavam articulados pleiteando “llevar al Parlamento Nacional la representación de la raza negra” (Rodríguez, 2006, p. 132). Na coluna “Para Ustedes”, do Periódico del PAN (de Montevideú), escreviam, além de María Felina Díaz suas companheiras melenses Maruja Pereyra de Barrios e María Iris Cabral. Na edição de 2 de maio de 1937 fez-se o apelo “para que ninguna mujer de nuestra raza quede sin inscribirse, es decir, preparada al libre ejercicio del voto en posesión de sus derechos” (Rodríguez, 2006, p. 141).

Em 1935, o também melense Betervide saudou o aparecimento de *Acción*, direcionando uma carta desde Montevideú. Salvador Betervide faleceu em novembro de 1936, quando o partido ainda não estava reconhecido pela Junta Eleitoral, o que se deu em janeiro de 1937. Dentre as pessoas que levaram o partido adiante, e que figuraram nas páginas dos jornais negros melenses, estavam, além de Pilar Barrios, Ventura Barrios, Elemo Cabral, Trifón Macedo, Isabelino Gares, e Mário R. Méndez, que em substituição a Betervide, foi o candidato escolhido.

As relações com essas duas organizações de cunho racial, CIAPEN e PAN, por um lado, permitem compreender que as comunidades negras do Uruguai, sobretudo aquelas que estava em Melo e Montevideú, organizaram-se as suas maneiras, tendo como fio condutor a ideia de raça como articuladora dos direitos de cidadania pretendidos nacionalmente. Por outro lado, aliada aos demais exemplos aqui elencados, possibilita observar as conexões e dinâmicas das culturas negras na diáspora.

Não obstante, em diálogo com a matéria *Problema racial*, publicada em 23 de maio de 1945 em *Orientación*, configura-se como representativa de matérias dispostas em ambos os jornais melenses no que tange ao papel das sociedades negras em relação ao racismo. Nessa matéria, faz-se menção ao destaque que *Acción* deu as discussões sobre a apropriação do racismo perpetrado pelos nazistas e vincula tal problema ao que é vivenciado cotidianamente por pessoas lidas como negras e pardas no Uruguai. Retoma a demanda da rua, mas chama a atenção para o dado do impedimento de raça que impera no acesso aos quadros de guarda civil junto a polícia em Montevideú. A matéria é finalizada convocando os *hijos de Ansina* a somarem-se em luta tão urgente e necessária.

As referências reportavam ao passado, através de Ansina, mas também estavam no presente. No entanto, cada uma dessas referências do presente exigia que a coletividade negra estivesse unida e fazendo valer suas *sociedades de negros* na luta contra o racismo no Uruguai. Não obstante, a identidade política também estava na base das relações transnacionais estabelecidas pelos grupos negros, nas quais se depreende um entendimento da raça como mobilizadora de lutas contra o racismo nas Américas e na Europa.

A nível nacional a luta pela cidadania negra estava na base da conformação da identidade política que se espalhou pelo país por meio de ações aqui referidas. As pessoas negras que aqui acompanhamos reivindicavam que o país fosse de fato democrático, elemento que estava na base da argumentação dos negros e negras melenses, visto que para essas pessoas a demanda por uma rua com o nome *Ansina* era válida e estava de acordo com os ditames da democracia. Demanda esta, que se estabeleceu especialmente frente ao poder público local, detentor do poder de legislar, mas que também se colocava e dependia dos demais membros da raça, como forma de evidenciar que a reivindicação era de fato coletiva. É tempo de acompanharmos os desdobramentos da solicitação.

## Entre a invenção de uma tradição e o forjar de um projeto contra-histórico negro

O *Comité Racial, Democrático y Patriótico*, sob a liderança de Juan Jacinto Ferrán, Carlos Morales Pérez e José Ramón Fernández, foi o órgão que estabeleceu o diálogo com o poder público para efetivar a demanda pela nomeação *Ansina* a uma rua. Ao mesmo passo que a demanda ocupava a capa do periódico *Orientación* constantemente, documentos oficiais eram entregues às autoridades. A referência a *Ansina* é aqui interpretada como parte de uma cultura histórica. Ele simboliza a personificação de todo um grupo, plural e díspar, mas que tem nele um ancestral a ser lembrado e valorizado.

Ferrán e Perez compartilharam a bandeira de *Ansina* em prol da simbologia de uma identidade negra positiva e patriótica, gestada desde uma noção de liberdade e fidelidade. *Ansina* não era tratado como escravo, mas como soldado. Um soldado fiel e capaz de acompanhar e cuidar de seu companheiro de batalhas até os últimos dias de vida daquele, o que permitia que se contrapusesse preconceitos e lugares sociais legados aos grupos negros no pós-abolição ou a invisibilidade no discurso nacional. Corroborava ainda uma pluralização da própria cultura política daquele país, em momento bastante propício à discussão e defesa dos valores democráticos.

A validade conferida à reivindicação da rua com o nome *Ansina*, bem como dos sentidos positivos atribuídos a esse personagem podem ser observados por meio de clubes negros de outras cidades. Em Treinta y Tres o clube local recebeu o nome de *Manuel A. Ledesma (Ansina)*, e em Rocha, o clube negro *Club Social Renacimiento* nomeou *Ansina* seu conjunto artístico. Relações de apoio foram identificadas ainda com o *Centro Cultural y Social Uruguay* e o *Centro Social 18 de Mayo*, ambos de Montevideu.

Em Melo, é a partir de 1943 que a proposição centralizada pelo *Comité Racial, Democrático y Patriótico* começa a contar com receptividade por parte das autoridades. Uma representação do *Comité* foi recebida naquele ano pelo intendente municipal, Dr. Eccher, e a nota de solicitação foi levada à reunião nacional das juntas departamentais. Neste momento, o *Centro Uruguay* havia adquirido fundos suficientes para a aquisição do terreno em que a sede própria seria construída. O terreno estava localizado no entroncamento de duas ruas, sendo sobre uma delas, rua Paysandu (homenagem a cidade heróica dos tempos coloniais), que se demandava a renomeação para *Ansina*.

A edição de *Acción* comemorativa da independência do país e do aniversário do *Centro Uruguay*, em 1946, trazia estampada na primeira página o cabeçalho *1825 – 25 de Agosto – 1946. Declaratoria de la Independencia Nacional – Gloria efeméride Patria*. Logo abaixo do título do jornal, a fotografia de um homem negro de idade avançada, com uma barba branca e acima desta: “*Ansina*”. Toda a primeira página fora preenchida por um poema em homenagem a ele, assinado por Pilar Barrios. O cabeçalho na página seguinte destacava *La colectividad de la Raza Negra del Pueblo Cerrolarguense, aún esperan de las Autoridades Municipales la designación de la calle Ansina en honor al prócer negro*. É evidente que a edição era uma estratégia para dar visibilidade à demanda e colocar-se como negros uruguaios.

A referida edição está repleta de exemplos positivos de pessoas negras acionadas como construtoras da Nação, com fotos em destaque, como as do poeta que abriu a edição e a poetisa Virginia Brindis de Salas.<sup>6</sup> Porém, é o destaque conferido a César A. Techera, um conrazoneo de Montevideu, que chama a atenção e dá pistas dos problemas de cunho político que conferiam ainda mais camadas à problemática em torno da demanda por uma rua com o nome de Ansina. O referido redator destaca os interesses políticos em jogo e é bem enfático em suas palavras ao referenciar autoridades estatais que “están para servir al pueblo y la patria, y se dejan arrastrar por pasiones y divisas, llegando como en esto caso hasta desconocer derechos indiscutibles a quienes como ‘ANSINA’ nos legaron Patria y Libertad”.

Mesmo finda a II Guerra Mundial, as palavras “democracia” e “patriotismo” seguiram constantemente utilizadas nos escritos de ambos os jornais, articuladas à liberdade, numa franca exteriorização da cultura política gestada e transmitida por meio dos jornais. Em 1948, comemorou-se nas páginas de *Acción* a denominação *Ansina* concedida pelo governo nacional a um povoado no departamento de Tacuarembó. A reportagem tece elogios ao ato, porém é interessante que o povoado que recebeu essa designação era, até então, chamado de *Paso* ou *Picada del Borracho*. O nome é intrigante e não foi possível achar informações que ultrapassem meros apontamentos. Sabe-se que, já em 1868, existia a alcinha e que a localidade era composta por trabalhadores que ofereciam o serviço de atravessadores pelo rio Tacuarembó e, talvez, tivessem o hábito de consumir álcool (Arregui, 2003). Restam alguns questionamentos: eram negros? Seriam negros que optaram por um controle do seu tempo e cujos hábitos eram estranhos às demais pessoas com as quais tinham contato? Isso mobilizou o nome conferido ao local?

O que se sabe é que as denominações eram modificadas mediante solicitação e aprovação de políticos responsáveis e não foi possível encontrar o solicitante dessa demanda. É plausível que se tratasse de um lugar com presença de negros e o intuito fosse de positivar a nomeação. Além disso, foi nesse período que a localidade recebeu uma estrutura mais institucionalizada, recebendo a instalação de uma escola. Tendo em consideração que a localidade recebeu uma estátua de Ansina, embora não tenha localizado a data que o monumento foi inaugurado, acredito que dificilmente estaria em um lugar que não se identificasse com a referência ao fiel escudeiro de Artigas, o *negro Ansina*. A estátua, inclusive, reproduz a imagem que estampou a primeira página de *Acción* no dia da independência, em 1946.

A referida localidade recebeu o nome de Ansina sem referência ao nome completo, e Ansina tratava-se de um apelido bastante comum. Isso não é incomum em tratando-se de pessoas negras e que tiveram seus nomes invisibilizados pela história por muito tempo. Encontra-se aí outro problema de ordem histórica. O nome de rua reivindicado pelo *Comité*, em Melo, foi concedido em cidades como Salto, Treinta y Tres, Rivera e Rocha em decorrência das demandas posteriores à repatriação dos restos mortais de Ansina, que se deu em 1936. Como destacado antes, o nome da rua era Manuel Antonio Ledesma (Ansina) e foi sobre esse nome que se deu toda a reconstrução histórica e valorização evidenciada por meio das páginas dos periódicos raciais *Acción* e *Orientación*. No entanto, Manoel Antonio Ledesma e Ansina poderiam ser pessoas diferentes de acordo com os resultados da investigação encomendada em 1927 por autoridades do governo nacional ao Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, em decorrência da solicitação de repatriação dos restos mortais de Ansina, que se encontravam no Paraguai (Acevedo; Ferreiro; Arredondo Hijo, 1927).

Estas pesquisas apontaram a existência de dois homens negros, Manoel Antonio Ledesma e Joaquín Lenzina. Ledesma teria lutado ao lado de Artigas e o acompanhado ao exílio no Paraguai, mas lá chegando teria sido dispensado. Já Lenzina não consta nestas pesquisas, aparece em relato publicado em 1951, pelo antropólogo Daniel Hammerly Dupuy, acerca de uma viagem realizada ao Paraguai, em 1928. Naquela ocasião, teria encontrado um senhor de nome Benito, o qual teria conhecido o

verdadeiro assistente de Artigas, Joaquim Lenzina. O relato também faz menção a Ledesma, o qual teria sido companheiro de Lenzina após o falecimento de Artigas (Equipo [...], 1996).

O crítico literário Alejandro Gortázar (2006) nos ajuda a compreender os meandros dessa história. De acordo com suas pesquisas em jornais do século XIX e XX, bem como na cultura letrada nacional, a primeira referência a Ansina data de 1846. A notícia de jornal o referendava como fiel escudeiro e assistente de Artigas em seu exílio no Paraguai. É nessa condição que Ansina adentra na história nacional oficial. Em 1885, uma delegação militar e diplomática uruguaia foi ao Paraguai e relatou o encontro com um homem de nome Manuel Ledesma, que se apresentou como assistente de Artigas. Essa compreensão permanece na cena nacional e, em 1891, se solicita a repatriação de seus restos mortais. Entre idas e vindas é essa solicitação que motiva a pesquisa solicitada pelo governo nacional ao Instituto Histórico e Geográfico, em 1926.

Ainda que nos escape os meandros políticos, o que se sabe é que, em 1925, foi criado um comitê em honra de Ansina, por idealização diplomática. Uma nova solicitação de repatriação foi feita e atendida em 1936, os restos mortais foram alocados no Panteão Nacional, em Montevidéu. É justamente entre a criação do comitê e a nova solicitação que a campanha pela rua se espalha pelo país por ação dos grupos negros organizados. Como argumenta Gortázar, a história longa e complexa provavelmente se encontra mais com a representação do que com a efetiva certeza de que Ansina e Ledesma eram a mesma pessoa, ainda que essa tenha sido a vinculação expressa no nome da rua e nos monumentos. O que foi aceito pelo Estado foi a ideia de um soldado subserviente até os últimos dias da vida do grande prócere da independência nacional.

Na memória negra, no entanto, ainda que Ansina e Ledesma fossem vistos como a mesma pessoa, a representação estava no dado da liberdade, e não da subserviência, bem como na lealdade e na cultura assentada no letramento e na experiência durante as guerras de libertação nacional e a vida no campo. Não a toa, Ansina, aos moldes dos heróis nacionais Falucho e María Remedios del Vale, da vizinha Argentina, eram acionados como expressão da raça negra, cujas experiências também remontavam a libertação nacional.

Pode ter sido uma estratégia oficial ocultar os documentos que comprovassem a existência de Ansina, não se pode esquecer que tal possibilidade não está isolada e, tampouco, é proposição nova na história da América Latina. A título de reflexão e para evidenciar questões próprias do campo da História, sugiro os seguintes questionamentos acerca do lugar ocupado por pessoas negras na história das independências, como salientado nas pesquisas de Alejandro Solomianski (2012) e Florencia Guzmán (2016): teria Bartolomeu Mitre<sup>7</sup> construído a retórica sobre *el negro Falucho* como um soldado leal às forças independentistas, e um suicida frente ao exército espanhol, para gestar um (não) lugar aos negros na Argentina ainda no século XIX? Como e quando María Remedios del Valle fora construída como mãe da pátria Argentina?

Estamos frente a uma artimanha da escrita da história positivista que se isentou de conferir nomes às pessoas comuns, mas soube utilizá-las quando julgou importante? As autoridades de Melo sabiam das discussões acerca da identidade de Ansina? Os grupos negros foram informados? Afinal, estavam aquelas pessoas negras redatoras nos jornais corroborando com uma tradição criada ou simplesmente escrevendo uma história por si mesmos? A historiadora Saidiya Hartman (2020) identifica como característica dos projetos contra-históricos negros narrativas perturbadoras acerca da incompletude da liberdade as quais nunca foram acolhidas como História. Argumenta-se aqui que fazer-se valer da tribuna pública dos jornais para escrever uma história marcada pela insurgência era o que estava em disputa ao afirmar Ansina como herói nacional. Mas não só, esse personagem estava também no presente, como exemplo do que todas as pessoas negras uruguais também eram.

\*\*\*

A reflexão sobre as formas de se autoinscrever na história, aliada à contextualização das práticas de sociabilidade racializadas em Melo e suas ramificações observadas pelas páginas dos dois periódicos da imprensa negra, *Acción* e *Orientación*, permitem que se interprete a figura de *Ansina* como uma busca por inserção na identidade nacional de uma coletividade que não sabia ao certo quantos eram. Uma coletividade que era heterogênea e vivenciava problemas comuns aos que as pesquisas para o Brasil vêm apontando em termos de sociedades pós-abolição. Um grupo que, com uma série de divergências, se uniu em prol de uma representação, que comporta uma leitura de seu passado e forja uma contra-história que busca se inserir na história da nação.

Esta coletividade entre os anos de 1930 e 1950 exteriorizava uma cultura histórica que era parte de uma cultura política construída e que projetava o significado de liberdade que os *conrazaneos* de Melo, do Uruguai e da diáspora africana de uma forma geral, esperavam alcançar, com o fim dos preconceitos baseados numa ideia de raça, que permitiria condições iguais de acesso aos direitos e deveres para todos os cidadãos, independente de qual *raça* eles compartilhassem. Demanda esta que foi entendida ainda na década de 1940 como de um *movimiento social y cultural de la raza negra*.

O que os grupos negros fizeram no período observado nesta análise foi manejar uma narrativa que estava calcada na inclusão, mas extrapolava em muito a subserviência e reivindicava um lugar de igualdade na nação, o que, em termos representativos, ocorre com a nomeação da rua Ansina, em Melo. Algo que foi comemorado nas edições de *Acción*, que, a partir de 1951, trazem a informação de que a sede própria do *Centro Uruguay* está localizada na tão desejada rua, local que ocupa até hoje. Esta demanda espalhou-se nacionalmente e também encontrou representações em outras cidades e na própria nação ao repatriar os restos mortais de Manuel Ledesma, como Ansina, e o depositar no Panteão Nacional junto aos restos mortais de José Artigas.

Não por acaso a expressão *hijos de Ansina* ou *Raza de Ansina* era acionada para quem lutava contra as barreiras do racismo, e, conseqüentemente, por inclusão e afirmação dos valores da raça negra. Assim, adotou-se, a partir dos anos 1960, a perspectiva de que Ansina era o apelido de Joaquín Lenzina, o cantor e poeta cujos textos foram publicados por Dupuy, em 1950, e que desde então compõem a memória de grande parte da população negra oriental. Período esse em que as relações transnacionais com grupos negros se incrementaram e também puderam encontrar outras formas de afirmação positiva, pelo menos até a eclosão da Ditadura Militar em 1973, quando a cultura negra foi silenciada e a política viu-se em situação de reorganização necessária. Mas isso é outro capítulo dessa história.

## Referências

- ACEVEDO, Pablo Blanco; FERREIRO, Felipe; ARREDONDO HIJO, Horacio. Documentos Oficiales. *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*. tomo V, n. 2, p. 731-750, 1927.
- ANDREWS, George Reid. *América Afro-Latina - 1800-2000*. São Carlos: Editora da UFSCar, 2007.
- ANDREWS, George Reid. *Negros en la nación blanca: historia de los afro-uruguayos*. Montevideo: Librería Linardi y Risso, 2011.
- ARREGUI, Miguel (E.). *Uruguay Pueblo a Pueblo*. S/L: El Observador, 2003.

ASCENSO, João Gabriel da Silva; CASTRO, Fernando Luiz Vale. (org.) *Raça: trajetória de um conceito – histórias do discurso racial na América Latina*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2014.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em Cena: propaganda política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. *Além da Escravidão: Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DU BOIS, W. E. B. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999 [1903].

EQUIPO Interdisciplinario de Rescate de la Memoria de Ansina. *Ansina me llaman y Ansina yo soy*. Montevideo: Rosebud Ediciones, 1996.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Editora da UFBA, 2008 [1952].

GENESTE, Elsa. René Maran contra Maurice Delafosse: Pensar a questão do negro na França imperial comparando-a àquela do segregacionismo nos Estados Unidos na década de 1920. In: COTTIAS, Myriam; MATTOS, Hebe (org.). *Escravidão e Subjetividades no Atlântico luso-brasileiro e francês (Séculos XVII-XX)*. Marseille: Open Edition Press, 2016. p. 1-28.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: UCAM, 2001.

GORTÁZAR, Alejandro. Ansina ¿un héroe en clave afro-uruguaya? In: Demasi, Carlos; Piazza, Eduardo (comps.). *Los héroes fundadores. Perspectivas desde el siglo XXI*. Montevideo: CEIU/Red académica “Héroes de papel”, 2006. p. 123-132.

GUZMÁN, Florencia. “María Remedios del Valle. ‘La Capitana’, ‘Madre de la Patria’ y ‘Niña de Ayohuma’”. *Historiografía, memoria y representaciones en torno a esta figura singular*. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. 16 dez. 2016.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. *Revista Eco-Pós*, v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020.

NAHUM, Benjamín. *Manual de História del Uruguay: Tomo II- 1903-2010*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2014.

OLIVEIRA, Fernanda. Hombres de color e os significados da liberdade negra: contribuições à história do pós-abolição no Uruguai (1872). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 32, p. 195-216, 2019.

RODRÍGUEZ, Hernán. Memoria e identidad en el relato histórico de los intelectuales afrouuguayos del Centenario (1925-1930). *Claves: Revista de Historia*, v. 5, n. 9, p. 145-173, 2019.

RODRÍGUEZ, Romero Jorge. *Mbundo, Malungo A Mundele: Historia del movimiento Afrouuguayo y sus alternativas de desarrollo*. Montevideo: Rosebud Ediciones, 2006.

SOLOMIANSKI, Alejandro. El negro Falucho’y la subalternización sistemática de lo afroargentino. In: BECERRA, María José; BUFFA, Diego; NOUFOURI, Hamurabi; AYALA, Mario (Comp.). *Las poblaciones afrodescendientes de América Latina y el Caribe: Pasado, presente y perspectivas desde el siglo XXI*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba; Saenz Peña: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2012. p. 229-247.

URUGUAY. El Libro del Centenario del Uruguay, 1825-1925. Montevideo: Agencia Publicidad Capurro & Cía, 1925.

URUGUAY, República Oriental del. *Constitución de la Republica*. Constitución 1934 Plebiscitada el 19 de abril de 1934.

## Notas finais

<sup>1</sup> Parte das reflexões deste texto foram aprimoradas a partir da tese de doutorado “As Lutas Políticas nos Clubes Negros: Culturas Negras, Racialização e Cidadania na Fronteira Brasil-Uruguai no Pós-Abolição (1870-1960)”, defendida em 2017 junto ao PPGH-UFRGS.

<sup>2</sup> Parte da coleção de *Acción* e *Orientación* está disponível em microfilme na *Biblioteca Nacional de Uruguay*, e outra parte em exemplares originais, no acervo pessoal de Juan María Pose, em Melo, a quem sou muito grata.

<sup>3</sup> Esta pesquisa acessou 66 exemplares de *Acción*, os quais foram publicados entre 1934 e 1935 (I Época, 16 exemplares), com periodicidade quinzenal; 1944 e 1946 (II Época, 25 publicações); 1947 e 1950 (III Época 9 publicações) e 1951 e 1952 (IV Época, 11 exemplares), todas com periodicidade mensal. *Orientación* contou com 33, publicados entre outubro de 1941 e dezembro de 1945. Teve periodicidade quinzenal entre 1941 e 1944, período que compreende a 1ª época. Entre 1944 e 1945, 2ª época, teve periodicidade mensal e por vezes publicou números duplos.

<sup>4</sup> Lino Suárez Peña (1890-1942) foi um intelectual afrouroguai, funcionário público nas funções de porteiro e fiscal dos Ministério da Instrução Pública e Fazenda, respectivamente. Foi redator de jornal, tendo fundado em Montevideu o jornal da imprensa negra *La Verdad* (1911-1914). É atribuída a ele a autoria do primeiro ensaio histórico por uma pessoa negra no país; Isabelino J. Gares foi poeta, dramaturgo e redator e diretor do periódico negro *La Vanguardia* (Montevideu, 1928-29); Salvador Beterbide nasceu em Melo, em 1903. Formou-se em Direito em 1925 e passou a viver e trabalhar como advogado em Montevideu. dirigiu o periódico negro *La Vanguardia*, contribuiu para a fundação da revista *Nuestra Raza*. Fundou o *Comité por la Liberación de los Jóvenes de Scottsboro* e o *Comité Contra la Guerra y el Fascismo*.

<sup>5</sup> A liga foi a primeira associação em defesa dos negros naquele país, criada em 1924.

<sup>6</sup> Virginia Brindis de Sala (1908-1958) é considerada a primeira poetisa negra do Uruguai. Nasceu em Montevideu. “Mi Corazon”, seu primeiro poema, foi publicado em *Acción* no dia 25 de abril de 1944 assinado como Iris Virginia Salas. No ano seguinte, a autora lançava o livro *Pregón de Marimorena*.

<sup>7</sup> Bartolomeu Mitre foi um intelectual argentino e presidente daquele país entre 1862 e 1868.

**Submetido:** 03/12/2023  
**Aprovado:** 10/10/2024